



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO EXTERNA DESASTRE DE BRUMADINHO (CEXBRUMA/MG)

REQUERIMENTO Nº , DE 2019.

(Do Sr. Fred Costa)

Requer a realização de Audiência Pública para debater a situação das condições de segurança da barragem de Gongo Soco, em Barão de Cocais/MG.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, ouvido o Plenário dessa Comissão, a realização de Audiência Pública no âmbito do Município de Santa Bárbara, a fim de debater as condições de segurança da barragem de Gongo Soco, em Barão de Cocais no estado de Minas Gerais.

Para a referida reunião de Audiência Pública, solicito que sejam convidados:

- Sr. Fabio Schvartsman, Presidente da Vale S.A.;
- Sr. Décio Geraldo dos Santos, Prefeito do Município de Barão de Cocais/MG;
- Sr. Bruno Divino Rocha, presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais;
- Sr. Marcello Rodrigues da Roza, Presidente associação Nacional de Clínicos Veterinários de Pequenos Animais (ANCLIVEPA BRASIL);



CÂMARA DOS DEPUTADOS

2

- Sr. Gério Patrocínio Soares, Defensor Público-Geral do Estado de Minas Gerais;
- Sr. Lucio Fernando Borges, Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais;
- Sr. Germano Luiz Gomes Vieira, Secretário de Meio Ambiente do estado de Minas Gerais;
- Sr. Cláudio Roberto de Souza, Comandante do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais-CBMMG;
- Tenente Coronel Flávio Godinho Pereira, Coordenador Adjunto da Defesa Civil do estado de Minas Gerais;
- Sr. Décio Geraldo dos Santos, Prefeito do Município de Barão de Cocais/MG;
- Sr. Leandro Fontana, Procurador Geral do Município de Barão de Cocais.
- Sr. Rafael Teixeira Soares Pereira, Secretário de Meio Ambiente do Município de Barão de Cocais/MG;
- Sr. Douglas Aleixo Pena, Secretário de Fiscalização e Projetos do Município de Barão de Cocais/MG;
- Sr. Juvenal Araújo Caldeira, Secretário de Desenvolvimento Econômico do Município de Barão de Cocais/MG.

JUSTIFICATIVA

Dados da Agência Nacional de Mineração mostram que 73% de barragens de rejeito no país deixaram de ser fiscalizadas em 2017. Esse é um dos grandes motivos para essas tragédias anunciadas.

Para ter uma ideia, das 790 barragens de rejeito existentes no Brasil, somente 200 foram alvo de fiscalização, colocando em risco todos os trabalhadores, população da região e o meio ambiente. Ou seja, a legislação não está sendo cumprida. Falta fiscalização, falta estrutura, e impor rigorosamente as punições previstas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

3

Minas Gerais mais uma vez é palco de tragédia causada pela falta de fiscalização e cumprimento das leis no seguimento de Barragens. Há mais de três anos que o distrito de Bento Rodrigues, em Mariana, ainda chora a devastação humana, ambiental e ecológica que destruiu nosso Rio Doce.

No dia 25 de janeiro de 2019, Minas reviveu numa escala muito mais grave o maior crime ambiental dos últimos anos. Com o rompimento da barragem da mineradora Vale em Brumadinho, o mar de lama levou casas, escritórios, refeitório e centenas de vidas humanas, e também custaram milhares de vidas animais. Transformando para sempre a vida do município.

Em Minas Gerais existem outras barragens que ainda não têm a fiscalização devida. Exigindo dessa Comissão o acompanhamento e atenção para que tragédias como essas não se repitam. Nesse sentido reforço a importância da aprovação do requerimento.

No dia 8 de fevereiro, moradores foram retirados de suas casas após sirenes serem acionadas por risco de rompimento na barragem. A Prefeitura afirma que já está em andamento o resgate dos animais das áreas de risco.

Diante desse cenário é inquestionável a necessidade de debater as providências necessárias perante a situação das condições de segurança da barragem de Gongo Soco, em Barão de Cocais no estado de Minas Gerais.

Sala da comissão, 20 de fevereiro de 2019.

Deputado Federal Fred Costa

Patriota/MG